

SINDHA prevê demissão de mais de 20 mil trabalhadores em Porto Alegre e Região

O Sindicato de Hospedagem e Alimentação de Porto Alegre e Região (SINDHA) projeta que a partir de junho os empresários do segmento de restaurantes, bares e hotéis tenham que demitir mais de 20 mil pessoas, cerca de metade dos trabalhadores. A notícia vem acompanhada da ausência de providências concretas por parte do governo federal após pelo menos três tratativas, sendo a principal a audiência no Ministério Extraordinário da Reconstrução do Rio Grande do Sul, ocorrida no dia 23 de maio.

Segundo levantamento do SINDHA, são mais de 1,8 mil empresas alagadas da Gastronomia em Porto Alegre e Região Metropolitana. Na Capital, estão paralisados mais de 1,2 mil bares e restaurantes e 37 hotéis. Todos sem faturamento durante todo mês de maio e sem dinheiro para pagar os funcionários no próximo dia 5. Os demais negócios do setor, afirma o presidente Paulo Geremia, tiveram uma perda de mais de 50% no faturamento, tendo casos que chegaram a 80%. No setor hoteleiro, pelo menos 6.500 leitos de Porto Alegre estarão indisponíveis nos próximos 45 dias, representando 47% da capacidade hoteleira da Capital. Para a retomada, a previsão é que sejam necessários mais de R\$ 500 milhões.

Ainda que o governo federal tenha liberado crédito como Pronampe até R\$ 150 mil, sinaliza Paulo, as linhas não contemplam o segmento. “Por menor que seja o restaurante alagado, por exemplo, o investimento para recuperar vai muito além deste valor; tem restaurante embaixo d’água há um mês, são equipamentos perdidos, refrigeradores, fornos, fogões, sem contar todos móveis em madeira, que são inaproveitáveis.”

Além de sair no negativo em função da ausência de faturamento no mês, Paulo destaca que é necessário um tempo que pode variar de semanas a meses para a operação ser retomada. “Isso, se houver dinheiro, do contrário muitos vão fechar para sempre”.

Entre as medidas solicitadas ao governo federal (veja lista abaixo) estão o subsídio pelo governo federal da folha salarial mensal, extensivo aos respectivos

encargos (INSS e FGTS), no período do estado de calamidade, sendo a contrapartida a garantia do emprego pelo mesmo período. “Se o governo não for sensível a esse momento vamos ter que colocar no seguro-desemprego milhares de famílias, que também vão ficar sem assistência médica e sem refeição, visto que a grande maioria dos trabalhadores faz a principal refeição no local de trabalho.”

Outros dois pontos do pleito ao governo federal dizem respeito à liberação de crédito com carência de 24 meses, com prazo de 10 anos e juros limitados a 3% ao ano. “Importante que para o crédito seja considerado 50% do faturamento do ano anterior, porque se considerar o momento atual é zero, mas também é preciso dar crédito para empresas negativadas e sem o que chamamos de imposições, como seguros e outros produtos do banco.”

O SINDHA também pleiteia a isenção de tributos federais por seis meses, incluídos os tributos da folha de pagamento; o congelamento dos PRONAMPEs e FGI por 18 meses, com o dobro de prazo para o pagamento, bem como o parcelamento da Dívida Ativa e concessão de carência.

“Precisamos ainda da liberação do FGTS, proporcional ao saldo, de forma regressiva, a todos os moradores do Estado; isso vai aumentar o poder de compra e a circulação econômica. É preciso fazer a economia girar.”

Para o dirigente empresarial, que tem participado de diversas rodadas e conversas com assessores do governo federal, ainda é preciso focar no auxílio emergencial RS 2024 e no pleito que o SINDHA levantou há mais de ano, que é a correção da tabela do Simples Nacional. “Sabemos que o governo tem tomado medidas, mas já não temos mais tempo para esperar. Precisamos ser céleres e efetivos. Estamos em um momento muito pior do que o da pandemia. Não temos negócios, o patrimônio está destruído e o turismo de negócios, que sempre foi uma bandeira de Porto Alegre, não tem previsão de retomada.”

Assim como está negociando com o governo federal, informa Paulo, o SINDHA também está buscando agendas com o prefeito Sebastião Melo e o governador Eduardo Leite. “Precisamos de um esforço conjunto, de uma orquestração em todas as áreas.”

Pleito ao governo federal

Este pleito é resultado da integração de diversas entidades setoriais, que se uniram diante da tragédia que acomete o glorioso estado do Rio Grande do Sul.

1. Subsídio da folha salarial mensal da empresa, extensivo aos respectivos encargos (INSS e FGTS), pelo governo federal no período do estado de calamidade. Em contrapartida, a empresa garante o emprego no mesmo tempo do benefício recebido;
2. Suspensão temporária dos contratos de trabalho com pagamento do benefício emergencial (importante para empresas que ficarão fechadas para reforma de maior vulto);
3. Liberação de crédito com carência de 24 meses, com prazo de 10 anos e juros limitados a de 3% ao ano; - Créditos de 50% do faturamento do ano anterior, crédito para empresas negativadas e vedação de inclusão de outros produtos pelos bancos;
4. Isenção de tributos por 6 meses, incluído os tributos da folha de pagamento;
5. Congelamento dos PRONAMPES e FGI por 18 meses e dobrar o prazo de pagamento. Assim como dos demais programas, como Parcelamento da Dívida Ativa, concessão de carência e dobrar o prazo de pagamento;
6. Liberação do FGTS, proporcional ao saldo, de forma regressiva, a todos os residentes no Estado do RS, com intuito de aumentar o poder de compra e circulação econômica;
7. Auxílio Emergencial RS 2024;
8. Correção da tabela do Simples Nacional.